ISSN: 2358-8829

A INVISIBILIDADE DAS QUESTÕES INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NA UFAM

Eulina Maria Leite Nogueira [1]
Inaê Nogueira Level [2]
Carlos Alberto Cunha Pereira [3]

INTRODUÇÃO

A Amazônia constitui um território marcado pela presença histórica de numerosos povos indígenas, cujos conhecimentos estão profundamente relacionados à floresta, aos rios, aos ciclos da natureza e às formas coletivas de organização da vida. Nesse contexto, a formação docente precisa considerar as especificidades territoriais e culturais das comunidades, reconhecendo que os processos educativos não podem ser organizados de maneira dissociada das realidades locais.

A formação de professores constitui um dos elementos fundamentais para a construção de uma educação democrática, inclusiva, crítica e socialmente comprometida com a diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

Nesse contexto, reconhecer a importância da cultura e dos conhecimentos dos povos indígenas na formação docente representa uma necessidade histórica, política, pedagógica e epistemológica, sobretudo diante da pluralidade étnica e cultural que constitui o Brasil. Essa discussão exige superar concepções educacionais fundamentadas exclusivamente nos conhecimentos de matriz europeia, que, historicamente, ocuparam posição hegemônica nos currículos escolares e nos processos de formação de professores.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar os registros das conversas e discussões sobre a temática indígena na disciplina Educação Indígena oferecida no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas.

A metodologia utilizada teve caráter qualitativo, com base na observação e na análise das discussões realizadas com os discentes durante as aulas ministradas na referida disciplina, fundamentando-se em uma perspectiva crítica da educação. Assim, concluímos que esse conteúdo deveria ser ministrado na primeira metade do curso, como forma de estabelecer uma

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

relação positiva e necessária com o reconhecimento da luta e das conquistas dos povos indígenas, considerando que o estado do Amazonas possui uma expressiva presença indígena. Além disso, esse conteúdo deveria aparecer com maior ênfase ao longo de toda a formação dos estudantes do curso de Pedagogia da UFAM, pois verifica-se certa invisibilidade das questões indígenas na formação desses futuros pedagogos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia é o eixo norteanor de qualquer pesquisa cientifica e deverá ser capaz de responder as indagações da proposta de pesquisa. Pois, “A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (Gil, 2019, p.17). Essa pesquisa foi pautada numa abordagem qualitativa por responder os questionamentos de natureza sociais. Pois, a pesquisa qualitativa é recomendada, principalmente, quando nos propomos compreender os significados que são elaborados socialmente, em processos formativos de natureza complexa, nos processos acadêmicos e nas relações sociais da convivência humana (Gil, 2019).

Nesse contexto, essa pesquisa é resultado de uma reflexão durante um semestre letivo de 2024_1 na disciplina Educação Indígena ministrada no curso de Licenciatura em Pedagogia – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Dessa forma foram utilziados os registros das conversas e debates durante todo o semestre, além da apresentação de uma pesquisa realizadas pelos discentes sobre a temática.

Foram considerados os relatos feitos nas diversas aulas realizadas, nas quais foram discutidos textos e situações reais sobre a cultura e a educação indígena no Brasil, com ênfase no estado do Amazonas. Nessa pesquisa foi considerado a poarticipação de 19 estudantes que frequentaram a disciplina Educaçã Indígena no curso de Pedagogia. Devemos enfatizar que tinhamos estudantes dos cursos de Pedagogia, História e Direito. Sendo 15 estudantes de Licnciatura em Pedagogia, 3 estudantes de Licneciatura em História e 1 estudante de Bacharelado em Direito da Ufam.

Os dados desta pesquisa foram analisados sob uma perspectiva crítica de educação, considerando a temática indígena como eixo princial dessa discussão.

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é um país que apresenta uma pluralidade cultural forjada na cultura dos Povos Indígenas, Povos Africanos e Povo Europeu. Isso denota que possuimos uma grande diversidade cultural, que deveria ser reconhecida e valorizada como elemento importante da nossa formação do Povo brasileiro.

Com o processo de colonização, os povos europeus tentaram eliminar a existência dos conhecimentos, da organização e da luta dos Povos Indígenas e Africanos no território brasileiro. Esse projeto de colonização não reconheceu e, ainda, não reconhece a importância dessas culturas na construção da sociedade brasileira, tentaram silenciar sua existência, seu conhecimentos, sua organização social, política, econômica e cultural, suas línguas tradicionais.

Além da violência brutal vivenciada pelos Povos Indígena do Brasil nesse processo contínuo de colonização, onde milhares de pessoas indígenas foram dizimados pela força das armas, por contaminação de doenças e/ou pelo enfrentamento da imposição de uma cultural (europeia) nos diversos Povos Indígena.

Nessa pesquisa iremos nos deter as experiências e vivências realizadas com os estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia. Contudo, faremos algumas poderações sobre os demais estudantes.

A formação do pedagogo e sua dimensão histórica e social

A formação do pedagogo está relacionada ao próprio desenvolvimento histórico da educação e às diferentes concepções de sociedade, de homem e de conhecimento que orientaram a organização dos sistemas educacionais. Historicamente, a Pedagogia passou por transformações significativas, ampliando sua compreensão como campo de conhecimento e como área de formação profissional.

No Brasil, a institucionalização da formação em Pedagogia esteve associada às necessidades de organização da educação nacional e à preparação de profissionais para o exercício de funções educativas. Entretanto, ao longo de sua trajetória, o curso enfrentou debates relacionados à identidade profissional do pedagogo, à especificidade dos

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

conhecimentos pedagógicos e à articulação entre docência, gestão e organização do trabalho educativo.

Saviani (2009), ao analisar os aspectos históricos e teóricos da formação de professores no Brasil, evidencia que os desafios da formação profissional não podem ser compreendidos isoladamente, uma vez que estão relacionados às condições históricas, políticas e estruturais da educação brasileira.

Nesse sentido, a formação do pedagogo precisa considerar a educação como fenômeno social e histórico, compreendendo que os processos educativos são influenciados pelas desigualdades sociais, pelas relações de poder, pelas políticas públicas e pelas diferentes realidades culturais.

A formação em Pedagogia vem passando por diversas modificações de acordo como as demandas de uma sociedade em transformação, passamos pelo paradigma da educação tradicional, educação tecnicista, escola nova, tendências liberais e pós-crítica. De acordo com o paradigma, o curso de Pedagogia se reestruturava para atender as exigências legais.

Atualmente o curso de Pedagogia está regulamentado pela Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, constituíram um importante marco para a organização da formação do pedagogo, estabelecendo princípios e orientações para a estruturação curricular do curso. Posteriormente, a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabeleceu novas diretrizes para a formação inicial em nível superior dos profissionais do magistério da educação básica, reforçando a necessidade de uma formação articulada às demandas educacionais e às especificidades dos diferentes contextos de atuação.

Portanto, compreender a formação do pedagogo implica reconhecer que esse profissional precisa desenvolver competências intelectuais, científicas, culturais, políticas e pedagógicas que possibilitem uma intervenção consciente e fundamentada na realidade educacional em que está inserido.

Um dos aspectos centrais da formação do pedagogo consiste na articulação entre teoria e prática. Essa relação é indispensável para que o profissional compreenda os fundamentos científicos da educação e consiga mobilizá-los na análise e na organização das práticas pedagógicas.

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

A formação que privilegia exclusivamente os conhecimentos teóricos corre o risco de distanciar o futuro profissional dos desafios concretos encontrados nas instituições educativas. Da mesma maneira, uma formação centrada apenas na prática, sem fundamentação científica, pode resultar em ações fragmentadas, desprovidas de reflexão crítica e de intencionalidade pedagógica. Pimenta (1996) destaca que a construção da identidade profissional docente está relacionada aos saberes da experiência, aos conhecimentos científicos e aos saberes pedagógicos. A autora defende que os processos formativos precisam considerar a prática educativa como objeto de análise e reflexão, contribuindo para a constituição de uma identidade profissional consistente.

Nessa direção, o estágio supervisionado, as atividades de pesquisa, os projetos de extensão e as experiências desenvolvidas nos diferentes espaços educativos representam componentes fundamentais da formação acadêmica. Essas experiências possibilitam ao estudante estabelecer relações entre os conhecimentos construídos na universidade e os desafios presentes no cotidiano das instituições escolares.

A formação do pedagogo deve, portanto, favorecer a construção de uma postura investigativa, crítica e reflexiva, permitindo que o profissional compreenda a realidade educacional, identifique problemas, proponha alternativas e avalie os resultados de suas intervenções. Freire (2010), ao discutir os saberes necessários à prática educativa, destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática. Para o autor, ensinar exige reflexão, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos e compreensão de que a educação é uma prática humana e social. Essa concepção contribui significativamente para compreender a formação do pedagogo como um processo permanente de construção e reconstrução de conhecimentos.

Neste sentido, é necessário compreender que trabalhar a diversidade cultural indígena é fundamental para a formação dos futuros pedagogos e pedagogas. Segundo dados do IBGE(2025) o Brasil possui um total de 1.694.836 pessoas auto declaradas indígenas, com 391 etnias, povos ou grupos indígenas residentes no Brasil, as etnias: Tikúna (74.061); Kokama (64.327); Makuxí (53.446) e Guarani Kaiowá (50.034), são as apresentam maior quantidade de pessoas indígenas, com 270 línguas tradicionais (maternas). O estado do Amazonas se destaca como o que possui a maior população indígena o que já demonstra a necessidade de se discutir essa temática.

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

ISSN: 2358-8829

A cultura e os conhecimentos indígenas como patrimônio histórico, social e epistemológico

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada por processos de luta, resistência, enfrentamento e valorização cultural pelo reconhecimento de seus direitos. Apesar das inúmeras tentativas de apagamento e/ou silenciamento de suas identidades, línguas, territórios e tradições, esses povos mantêm suas práticas culturais e seus sistemas próprios de produção e transmissão de conhecimentos.

De acordo com Luciano (2006), os povos indígenas brasileiros possuem identidades, organizações sociais, línguas, tradições e formas próprias de compreender a realidade, não sendo possível tratá-los como um grupo homogêneo. Essa compreensão é essencial para a educação, pois evidencia que existem diferentes povos indígenas, cada qual com suas especificidades históricas, culturais, linguísticas e territoriais.

Os conhecimentos indígenas são produzidos nas relações estabelecidas entre os indivíduos, a comunidade, o território e os elementos da natureza. A observação dos ciclos naturais, o conhecimento das plantas medicinais, as técnicas de cultivo, a pesca, a caça, a construção de habitações, a produção de artefatos, as narrativas orais e as práticas de cuidado constituem exemplos de conhecimentos que expressam experiências acumuladas ao longo de muitas gerações.

Nessa perspectiva, Luciano (2006) destaca a importância de reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos e políticos, portadores de direitos e protagonistas de suas próprias histórias. Essa compreensão rompe com representações estereotipadas que frequentemente os apresentam como povos pertencentes exclusivamente ao passado, desconsiderando sua contemporaneidade e sua capacidade de produzir conhecimentos e participar ativamente da sociedade.

Assim, a formação de professores precisa incorporar uma perspectiva que reconheça os conhecimentos indígenas como formas legítimas de produção intelectual, científica, cultural e social. Isso significa compreender que a ciência moderna não representa a única possibilidade de interpretação da realidade e que os conhecimentos tradicionais possuem contribuições

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

relevantes para a compreensão da biodiversidade, da sustentabilidade, da saúde, da alimentação, da organização comunitária e das relações humanas com o meio ambiente.

A interculturalidade constitui um princípio fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento da diversidade cultural e com a superação das desigualdades históricas que marcam as relações entre os diferentes grupos sociais. No contexto da formação de professores, representa a possibilidade de estabelecer relações de diálogo entre diferentes culturas, reconhecendo que os conhecimentos são produzidos em múltiplos espaços sociais e históricos.

Candau (2012) compreende a educação intercultural como uma perspectiva que busca promover relações democráticas entre diferentes grupos socioculturais, enfrentando processos de discriminação, preconceito e exclusão. Essa abordagem permite compreender que a diversidade cultural não deve ser tratada como um problema a ser administrado pela escola, mas como uma dimensão constitutiva da sociedade e uma possibilidade de enriquecimento dos processos educativos.

A partir dessa perspectiva, a formação docente precisa proporcionar experiências que permitam aos futuros professores conhecer as histórias, as culturas, as línguas, os territórios e as formas de organização dos povos indígenas. Não basta apresentar conteúdos sobre os indígenas de maneira superficial ou desenvolver atividades pontuais em datas comemorativas. É necessário incorporar esses conhecimentos aos currículos de formação inicial e continuada, promovendo estudos sistemáticos, pesquisas, diálogos interculturais e experiências pedagógicas contextualizadas.

A valorização dos conhecimentos indígenas também exige uma postura crítica diante do etnocentrismo, entendido como a tendência de considerar determinada cultura como superior ou como referência universal para avaliar as demais. Historicamente, a educação brasileira reproduziu representações que colocaram os conhecimentos europeus em posição de superioridade, enquanto os saberes indígenas foram frequentemente invisibilizados ou classificados como conhecimentos inferiores.

Nesse sentido, Walsh (2009) contribui para a discussão da interculturalidade crítica ao evidenciar a necessidade de questionar as estruturas históricas de poder e as formas de dominação que hierarquizam culturas e conhecimentos.

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

A interculturalidade, portanto, não pode limitar-se à convivência entre diferentes grupos, mas precisa favorecer a transformação das relações sociais e educacionais que produzem desigualdades. Na formação de professores, essa compreensão implica desenvolver uma consciência pedagógica capaz de reconhecer a existência de diferentes epistemologias, ou seja, diferentes maneiras de produzir, organizar, validar e transmitir conhecimentos. Significa também compreender que os povos indígenas não são apenas objetos de estudo, mas sujeitos que possuem voz, autoria, conhecimentos e participação ativa na construção dos processos educativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação do curso de Pedqagogia está normatizado pelo seu Projeto Político do Curso (PPC), sua versão atual entrou em vigor em 2019 e encontra-se vigente. O curso é compostos por 10 semestres com o perfil do egresso de professor(a) de educação infantil e anos iniciais, além da gestão educacional.

> Nesse entendimento, na organização curricular, os conteúdos e métodos da gestão da educação devem promover a formação para a atuação do(a) professor(a) da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, favorecendo a construção de estruturas capazes de interpretar, formular propostas e intervir na gestão democrática da escola. Além disso, a formação do(a) pedagogo(a) também se volta para os processos de organização do trabalho escolar na ação de coordenação pedagógica nas unidades escolares (PPC-Pedagogia, 2019, p. 12-13).

No PPC do curso fica evidente o compromisso com a formação crítica dos futuros pedagogos e pedagogas, enfatizando o compromisso com uma formação de qualidade socialmente refenciada, buscando a valorização da diversidade cultural, social pautado numa perspectiva de educação inclusiva para todos, onde a diferença não seja tratada como um obstáculo, mas como uma oportunidade de formarmos os melhores profissionais na valorização da diversidade. Neste sentido,

> São exigências que se configuram tanto no plano político e dos direitos quanto no plano educacional e pedagógico, na direção de atender as especificidades de aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos promovendo a inclusão social, a valorização das diversidades socioculturais e subjetivas, das

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

> etnias, dos sujeitos em suas necessidades específicas, dos sujeitos com rupturas na trajetória escolar (PPC-Pedagogia, 2019, p. 15).

Nessa estrutura deste curso, é ofertado uma disciplina eletiva intitulada Educação Indígena com carga horária de 60 horas, no 9º período, prática no final do curso. Dessa forma, a disciplina ministrada em 2024_1. Matriculados foram 24, mas somente 19 discentes concluíram a disciplina.

No decorrer dos encontros e discussões sobre a temática, percebemos um grande interesse na temática indígena, fomos apresentando a luta e a resistências dos Povos Indígenas para garantir efetiva seus direitos conquistados.

Procuramos apresentar a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena para que eles pudessem perceber que a importância da educação para a população indígena respeitando seus conhecimentos e organização social, política, econômica e cultural.

A grande maioria dos participantes, afirmaram que não tiveram quase contato com essa temática durante os 8 períodos cursados. Isso se torna preocupante, como podemos observar na resposta de uma discente.

> “ Profa, eu não tive quase nada de aula ou evento que me colocasse essa questão indígena. Agora percebo que deveríamos ter essa disciplina mais no começo do curso, ajudaria na nossa formação (Discente-Pedagogia)”.
>
> “Fico indignado, pois poderia ter feito meu TCC nessa temática, uma pena que somente agora estamos tendo essa disciplina (Discente-Pedagogia)”.

Nas conversas e discussões durante o período letivo, os (as) discentes do curso demonstram que a maioria tinha uma visão muito romantiza ou estereotipada sobre a temática indígena, principalmente, quando trabalho da questão dos conhecimentos produzidos pelos diversos Povos Indígenas. Percebe-se que muitos discentes não reconheciam a Ciências das populações tradicionais a tecnologia desenvolvida ao longo da História desses sujeitos. Foi citado a tecnologia da produção da farinha, os conhecimentos da química para identificar a substância venenosa do tucupi, a técnica de separar a farinha da goma, etc.

Além da participação dos discentes de Pedagogia, tivemos discentes de História e Direito. Isso foi enriquecedor para a nossa discussão, por que eles tratam numa outra perceptiva

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

e isso colabora para uma visão mais crítica sobre a participação dos Povos Indígena na sociedade brasileira.

Discutimos diversos aspectos da cultura e educação indígena, as discentes de História revelaram que estavam ali para tentar compreender sobre a educação indígena, mas que já discutiam outros aspectos no seu curso. A discente de Direito, revelou que veio para a disciplina para tentar se "encontrar", ser acolhida, pois como indígena sofria muito preconceito no seu curso, colegas que não aceitavam fazer trabalho em grupo com ela, dentre outras coisas. Isso revela o quanto a Ufam precisa de ações que possam tratar efetivamente dessa temática.

A discussão sobre a importância da cultura e dos conhecimentos indígenas na formação de professores assume especial relevância no contexto amazônico, considerando a diversidade sociocultural, linguística, ambiental e territorial que caracteriza essa região.

Sabemos que já houve um avanço o acesso de estudantes indígena tanto na graduação como na pós-graduação, mas ainda é necessário ações permanente e formação que realmente valorize e a diversidade cultural do Povos Indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que o curso de Pedagogia precisa trabalhar, com maior ênfase, a formação de pedagogos e pedagogas numa perspctiva voltada para a diversidade cultural indigena, considerando que o estado do Amazonas é o que possui a maior população indígena da federal.

A discussão sobre a importância da cultura e dos conhecimentos indígenas na formação de professores assume especial relevância no contexto amazônico, considerando a diversidade sociocultural, linguística, ambiental e territorial que caracteriza essa região.

Assim, a maioria dos estudantes, revelaram que a disciplina Educação Indígena poderia ser ministra em períodos anteriores, o que poderia possibilitar avançar em pesquisa e/ou produção de TCC. Além disso, precisamos compreeder que a temática indígena está presente em todos os contexto da produção do Estado brasileiro, o que deveria ser abordado em outras disciplinas, como estabelece o PPC de forma trsnversal.

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

Com isso, constamos que a diversidade indígena é pauta na formação dos professores e precisa de um compromisso político para atender como parte integrante da formação do Povo brasileiro em todos os seus aspectos. A formação de professores pautada no reconhecimento e na valorização da cultura indígena se configura como um pilar importante para a mitigação do preconceito e da discriminação dos Povos Indígenas. Pois, a escola pode reforça ou eliminar o preconceito, depende a formação inicial e continuada de professores e um compromisso político-social de todos os agentes públicos envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo do todos os brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Federal do Amazonas, a Fapeam e a Capes pela promoção na formação de professores e professoras no Amazonas.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012 715 Disponível em http://www.cedes.unicamp.br . Acessado em 17 de setembro de 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IBEGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Etnias e línguas indígenas: Principais características sociodemográficas: Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em https://www.ibge.gov.br/brasil-indigena/ Acessado em 20 de outubro de 2026.

LUCIANO, Gersem dos Santos – Baniwa. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília-Unesco, 2006. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/vol12indio.pdf Acessado em 20 de outro de 2026.]

PIMENTA, Selma Garrido Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor, 1996. Revista da Faculdade de Educação (v. 22, n. 2, p. 72-89. Disponível em https://revistas.usp.br/rfe/pt_BR/article/view/33579 Acessado em 17 de setembro de 2026.

PPC – Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia. Faculdade de Educação – Faced/Ufam, 2019. Disponível em https://faced.ufam.edu.br/ acessado em 12 de outubro de 2026.

SAVIANNI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt Acesso em 28 de setembro de 2026.

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;

ISSN: 2358-8829

WALSH, Catherine. 2009. "Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver". In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões, tensões e propostas. Rio de Janeiro, 2009.

1 Graduada em Pedagogia; Mestre e Doutora em educação; Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, eleite@ufam.edu.br ;
2 Doutoranda pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas - UFAM, inae.level@ifam.edu.br ;
3 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do amazonas – UFAM, carloscunha@ufam.edu.br ;